**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA DA CAPITAL**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por intermédio do Promotor de Justiça que ao final subscreve, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, e com fulcro nas Leis 7.347/85 e 8.078/90, **ajuizar** a competente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA
com pedido de antecipação de tutela**

em face de **BANCO FINASA S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 57.561.615/0001-04, situado na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Osasco, São Paulo/SP, CEP: 06029-900, pelas razões que passa a expor:

DOS FATOS

- 1) O réu dedica-se a operações de financiamento ao consumidor através de contratos de abertura de crédito para financiamento de bens e/ou serviços.
- 2) Ocorre que o réu, ao efetuar a cobrança de seus serviços, ainda exige dos consumidores o pagamento da “tarifa administrativa por lâmina de carnê”, referente aos ressarcimentos das suas despesas de cobrança, que é devida por lâmina integrante do carnê enviado para pagamento.
- 3) A cobrança desta tarifa é estabelecida na cláusula 2.3 do Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento de Bens e/ou Serviços, transcrito a seguir:

4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

2.3 O FINANCIADO arcará com também com a tarifa administrativa por lâmina de carnê, relativa aos ressarcimentos das despesas de cobrança das contraprestações, a qual será devida por lâmina de boleto integrante do carnê enviado para pagamento. Caso o FINANCIADO solicite a reemissão, por qualquer motivo, de uma ou mais lâminas de boletos integrantes do carnê, deverá arcar com o valor correspondente conforme Quadro de Tarifas afixado nas Agências do Banco.

- 4) Ocorre que a cobrança desta "*tarifa administrativa por lâmina de carnê*" não corresponde a nenhum serviço efetivamente prestado ou facilidade oferecida ao consumidor. Trata-se, pura e simplesmente, de custo de cobrança repassado ao consumidor, sem qualquer justificativa.
- 5) O Ministério Público notificou a instituição ré, a fim de que se manifestasse acerca do interesse em assinar Termo de Ajustamento de Conduta, para expurgar de seus contratos a cláusula acima transcrita, tendo a ré respondido negativamente.
- 6) O contrato contém, ainda, nas cláusulas 11, 13.5 e 15 outras disposições que prevêm o repasse, para o consumidor, dos custos de cobrança de sua obrigação, tais como honorários advocatícios e outras despesas, conforme abaixo transcrito:

11. O não pagamento, no respectivo vencimento, de qualquer das prestações referidas no item 2, acima, ou o inadimplemento de qualquer obrigação assumida pelo(s) FINANCIADO(S) no presente contrato, determinará o imediato encerramento do crédito concedido, tornando-se, desde logo, vencido e exigível o total do saldo devedor aberto, financiado e encargos, acrescido de correção monetária, juros moratórios, multa contratual, **honorários advocatícios** e outras eventuais despesas decorrentes do atraso.

13.5. Se o BANCO tiver de recorrer aos serviços de advogado para haver o

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelo(s) FINANCIADO(S) ou pelo(s) DEVEDOR(ES) SOLIDÁRIO(S), responderão estes, ainda, pelas demais despesas incorridas pelo BANCO tais como custas, despesas de cobrança com cartórios de títulos e documentos, de protesto, inclusive honorários advocatícios e quaisquer outras relativas à cobrança dos valores devidos pelo(s) FINANCIADO(S).

15. Correm, ainda, por conta dos(s) FINANCIADO(S), todas e quaisquer despesas que o BANCO fizer para segurança, regularização, registro ou efetivação de seus direitos creditórios ou garantias outorgadas, bem como todas as custas de cobrança, tais como emissão e postagens de carnês.

- 7) Como se vê, o contrato obriga o consumidor a arcar com todos os custos que o réu terá para a cobrança da obrigação. O consumidor, ao contratar um financiamento com o réu, deve pagar uma tarifa por conta da emissão do carnê de pagamento; os custos de postagem do carnê; bem como todas as despesas que o réu tiver para cobrar a sua obrigação, como honorários de advogado, custas, cartórios de títulos e documentos e protestos. O contrato exige, ainda, que o consumidor arque com os custos que o réu terá “para segurança, regularização, registro ou efetivação de seus direitos creditórios ou garantias outorgadas”.
- 8) As disposições contratuais acima transcritas e referidas ofendem aos princípios da boa-fé e equidade contratual, estando em desacordo com o Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual devem ser declaradas nulas, com fulcro no disposto nos arts. 39, V 51, IV e XII do CDC.

DO DIREITO:

Ofensa ao disposto nos arts. 39, V 51, IV e XII do CDC

- 9) Por preceito constitucional, o consumidor tem o direito a receber especial proteção do Estado, havendo o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

erigido a direito básico do consumidor a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

- 10) É que o direito positivo visa a contrabalançar a vulnerabilidade do consumidor em relação ao fornecedor, visto que é este quem detém o poder exclusivo de formular o inteiro teor do contrato por adesão que obrigará as partes, sendo subtraído do hipossuficiente o poder de negociar a redação das respectivas cláusulas contratuais.
- 11) Em razão da desvantagem desta posição contratual em que o consumidor se encontra, percebeu o legislador a necessidade de relativizar o poder vinculante da autonomia da vontade manifestada por ocasião da formalização do vínculo contratual, sobrepondo-lhe o interesse público quanto à higidez dos direitos e obrigações contratados pelas partes.
- 12) Nesta esteira, o art. 51 do CDC, prevendo situações em que o vigoroso fornecedor se prevaleceria de sua posição de vantagem para agravar o desequilíbrio da relação contratual em detrimento do hipossuficiente, estipulou rol exemplificativo de cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que seriam abusivas, por ofenderem a ordem pública de defesa do consumidor (art. 1º, CDC).
- 13) Nelson Nery Júnior, autor do anteprojeto da Lei n.º 8.078/90 (CDC), discorre acerca da matéria com preciosa lucidez, *verbis*,

‘(...) A existência de cláusula abusiva no contato de consumo torna inválida a relação contratual pela **quebra do equilíbrio entre as partes**, pois normalmente se verifica nos **contratos de adesão**, nos quais **o estipulante se outorga todas as vantagens em detrimento do aderente, de quem são retiradas as vantagens e a quem são carreados todos os ônus derivados do contrato.**’ (In Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Comentado pelos Autores do Anteprojeto, 7ª edição, p. 501, grifo nosso).

- 14) Dentre as cláusulas abusivas previstas pelo art. 51 do CDC, destacam-se aquelas a que se referem os incisos IV e XII do mesmo dispositivo legal, *verbis*,

‘Art. 51 – São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

(...)

IV – estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade’

(...)

XII – obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.’

- 15) No caso em tela, é patente que as cláusulas impugnadas criam vantagens unilaterais ao fornecedor e deixam o consumidor em situação de desvantagem excessiva, o que é vedado pelo Código de Defesa do Consumidor.
- 16) Com efeito, as obrigações previstas nas cláusulas aqui impugnadas são inerentes ao fornecimento de crédito, serviço este que já é remunerado.
- 17) Tanto o serviço de cobrança, como as despesas para regularização, registro e efetivação de garantias creditórias são intrínsecos ao próprio serviço de financiamento oferecido pelo réu, que é muito bem remunerado (especialmente porque o Brasil ostenta uma das maiores taxas de juros de todo o mundo, o que tem garantido às instituições financeiras lucratividade fabulosa, que não encontra paralelo em quaisquer outras atividades).
- 18) O repasse destes custos aos consumidores vem a **onerá-los excessivamente**, o que, por óbvio, caracteriza **vantagem manifestamente excessiva** auferida pelo réu e conseqüente desequilíbrio contratual.
- 19) Nelson Nery Júnior, neste aspecto, *in* Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, Comentado pelos Autores do Anteprojeto, 7ª edição, p. 534, preleciona com justiça que, *verbis*,

‘a onerosidade excessiva pode propiciar o enriquecimento sem causa, razão por que **ofende o princípio da equivalência contratual**, princípio esse instituído como base das relações jurídicas de consumo (art. 4º, n.º III e art. 6º, n.º II, CDC).

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

- 20) A cobrança pelas despesas ordinárias de cobrança ao consumidor, portanto, causa desequilíbrio contratual entre as partes, em detrimento do consumidor hipossuficiente e **ferre o art 39, V, do Código de Defesa do Consumidor**, que veda ao fornecedor exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva. Importa, por outro lado, em exagerada desvantagem ao consumidor, ensejando a nulidade da cláusula, nos termos do disposto no **art. 51, inciso IV do CDC**.
- 21) Neste sentido, confira-se o seguinte acórdão, prolatado por este Egrégio Tribunal de Justiça:

2007.001.01976 - APELAÇÃO CÍVEL

DES. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA - Julgamento: 17/04/2007 - QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO DO CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA POR EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO BEM COMO ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA EM VISTA DO INDEFERIMENTO DE PROVAS REQUERIDAS PELA PARTE RÉ JÁ REJEITADAS EM RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA E DA VULNERABILIDADE. ONEROSIDADE EXCESSIVA CARACTERIZADA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO.

Legitimidade do Ministério Público para promover ação coletiva em defesa dos interesses ou direitos individuais homogêneos. A prova se destina ao convencimento do juiz, a quem incumbe verificar a necessidade e a utilidade da produção daquelas requeridas pelas partes. A aplicação do princípio do livre convencimento autoriza que o magistrado indefira a produção de provas que entender impertinentes ou inúteis ao deslinde da controvérsia. Matéria relativa a ilegitimidade do Ministério Público, bem como ao cerceamento de defesa já analisada em sede recursal, quando do julgamento de recurso de agravo de instrumento interposto pela parte ré-apelante. Normas insertas no Código de Defesa do Consumidor, que são de ordem pública e interesse social, sobrepondo-se as normas regulamentares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

É abusivo o atuar da instituição financeira que procede a cobrança de tarifa por emissão de boleto bancário, repassando ao consumidor custo que deveria ser suportado pela própria instituição que presta o serviço. Se para a emissão de boleto bancário existe um custo, este deve ser suportado pela instituição bancária, caracterizando onerosidade excessiva o repassar de tal custo ao consumidor, na medida em que a instituição financeira já é remunerada pelos serviços que presta aos seus clientes. (...)

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

- 22) Ademais, nas cláusulas ora impugnadas, o réu transfere ao consumidor hipossuficiente a obrigação de ressarcir os custos da cobrança de sua obrigação, **mas não prevê igual direito em favor do consumidor**. Ou seja, na hipótese de o consumidor ser levado a cobrar do réu a execução de seus serviços, estará completamente desamparado.
- 23) O desequilíbrio é flagrante e a ilegalidade evidente: a conduta ofende claramente o disposto no **art. 51, XII, do Código de Defesa do Consumidor**, que estabelece serem nulas de pleno direito as cláusulas contratuais no fornecimento de produtos e serviços que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito seja conferido contra o fornecedor.
- 24) É o que acontece no caso em tela, o que demanda a necessidade de que sejam declaradas nulas as cláusulas ora questionadas.
- 25) Por fim, ressalte-se que as práticas abusivas ora impugnadas importam em cobranças indevidas aos consumidores e, portanto, resultam em danos materiais, danos estes que devem ser indenizados, na forma do disposto nos arts. 6º, inciso VI e 42, parágrafo único do CDC.

DOS PEDIDOS

A) Da antecipação da tutela

- 26) É flagrante a fumaça de bom direito que emana da tese ora sustentada, não só à luz dos preceitos constitucionais que conferem ao consumidor o direito a receber especial proteção do Estado, mas também do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, que erige a direito básico do consumidor a proteção contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- 27) A matéria de fato, outrossim, não se presta a controvérsias, visto que o réu não a contestou em sede administrativa, havendo, no caso, portanto, prova inequívoca da verossimilhança da alegação de que o mesmo, ao arrepio da disciplina legal aplicável ao caso, cobra do consumidor pelo pagamento da "*tarifa administrativa por lâmina de carne*". O contrato juntado à fl. 11 do inquérito civil que instrui a presente inicial também comprova a existência das demais cláusulas impugnadas.

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

- 28) Verifica-se, outrossim, que a demora de um provimento jurisdicional definitivo acerca da matéria em exame implica perigo de dano irreversível ao consumidor pois, a perdurar a prática abusiva até o término desta querela, ele terá pago despesas ilegais, cuja reparação restará dificultada até mesmo em razão de sua dispersão, o que, por outro lado, terá proporcionado o enriquecimento sem causa da ré.
- 29) Destaque-se que a determinação judicial que impeça a cobrança ilegal não impedirá que o réu possa até vir a promovê-la caso a tutela antecipada seja a qualquer tempo revogada ou modificada, o que descaracteriza, desde logo, qualquer alegação de *periculum in mora in reversum* de que se pudesse lançar mão para atacá-la.
- 30) Pelo exposto, **REQUER o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** acolha esse **r. Juízo** o presente requerimento de antecipação da tutela definitiva para intimar o réu, na pessoa de seu representante legal, para, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento do respectivo mandado, abster-se, até decisão final nesta demanda, de cobrar do consumidor a “*tarifa administrativa por lâmina de carnê*”, bem como quaisquer outros custos havidos para a cobrança dos respectivos produtos ou serviços, inclusive *taxas de cobrança bancária, honorários advocatícios*, e as demais despesas previstas nas cláusulas contratuais de nº 2.3, 13.5 e 15, sob pena de multa diária.

B) Da tutela definitiva

31) REQUER finalmente o MP:

a) a citação da ré para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia, sendo presumidos como verdadeiros os fatos ora deduzidos;

b) que, após os demais trâmites processuais, seja finalmente julgada procedente a pretensão deduzida na presente ação, para:

- i) declarar abusiva a prática adotada pelo réu de repassar ao consumidor as despesas com a cobrança dos respectivos produtos ou serviços, seja mediante pagamento da ‘tarifa administrativa por lâmina de carnê’, de ‘tarifa de emissão de boleto’, de taxas de cobrança bancária, ou de quaisquer outros custos havidos para a cobrança dos respectivos produtos ou

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

- serviços, inclusive honorários advocatícios, custas, despesas de cobrança com cartórios de títulos e documentos e de protesto, **condenando-se o réu, por conseguinte, a não mais efetuar estas cobranças**, sob pena de multa diária;
- ii) declarar abusiva a prática adotada pela ré de repassar ao consumidor as despesas para segurança, regularização, registro ou efetivação dos direitos creditórios ou garantias outorgadas pelo consumidor quando da concessão do financiamento, **condenando-se o réu, por conseguinte, a não mais efetuar estas cobranças**, sob pena de multa diária;
- iii) declarar nulas as cláusulas 2.3, 13.5 e 15, bem como nula a previsão de cobrança de honorários advocatícios prevista na cláusula 11 do Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento de Bens e/ou Serviços;
- iv) declarar nulas, por abusivas, as cláusulas existentes em quaisquer outros contratos da ré que estabelecem do consumidor a obrigação de arcar com a 'tarifa administrativa por lâmina de carnê', de 'tarifa de emissão de boleto', de taxas de cobrança bancária ou de quaisquer outros custos havidos para a cobrança dos respectivos produtos ou serviços, inclusive honorários advocatícios, custas, despesas de cobrança com cartórios de títulos e documentos e de protesto, condenando-se o réu a não mais efetuar essas cobranças em quaisquer de seus contratos, sob pena de multa diária;
- v) declarar nulas, por abusivas, as cláusulas existentes em quaisquer outros contratos da ré que estabelecem do consumidor a obrigação de arcar com as despesas para segurança, regularização, registro ou efetivação dos direitos creditórios ou garantias outorgadas pelo consumidor, condenando-se o réu a não mais efetuar essas cobranças em quaisquer de seus contratos, sob pena de multa diária;
- vi) que seja o réu condenado a indenizar o dano que houver causado ao consumidor com as cobranças indevidas decorrentes das práticas ora impugnadas, repetindo o indébito em valor igual ao dobro do que pagou em excesso (art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor), assim

**4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva e Defesa do Consumidor e do Contribuinte –
Comarca da Capital**

Av. Nilo Peçanha, nº 26, 10º andar, Grupos 1011-1017
Castelo – Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020 - 905

como reconhecendo a obrigação do réu de reparar eventual dano moral de que acaso tenha padecido o consumidor por causa da abusividade ora impugnada;

- vii) que sejam publicados os editais a que se refere o art. 94 do CDC;
- viii) que seja o réu condenado a pagar honorários ao CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, à base de 20% sobre o valor da causa, dado o valor inestimável da condenação, mediante depósito em conta corrente n.º 06621-4, ag. 3403, Banco BANERJ S/A., na forma da Lei n.º 2.819/97

Protesta-se por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pela prova testemunhal, por depoimento pessoal do representante legal do réu, bem como pela prova documental superveniente, sem prejuízo da inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Atribui-se à causa, de valor inestimável, o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Rio de Janeiro, 03 de março de 2008.

ANA CAROLINA MOREIRA BARRETO

Promotora de Justiça

Mat. 3230